

267

ANÁLISE DAS RELAÇÕES GOVERNO DO ESTADO E ALERGS NO PROCESSO LEGISLATIVO 2002-2003. *Josiana Fatima Saugo, Luis Gustavo Mello Grohmann (orient.)* (UFSM).

O Rio Grande do Sul é um Estado que possui algumas particularidades no tocante às relações entre Poderes. Uma característica a ser observada em alguns governos é a inexistência de maioria parlamentar do Executivo. Outra, refere-se à alternância de poder no Executivo em alguns momentos. Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de comparar as relações existentes entre o Governo estadual e a Assembléia Legislativa em dois anos cruciais: 2002 e 2003. Coletaram-se dados destes anos via Internet, estes foram compilados em planilha do Excel e buscou-se abranger a quantidade de Projetos de Lei, de Projetos de Emenda Constitucional, de Projetos de Resolução, Vetos e emendas em geral, abordando aspectos como a origem dos projetos. O método utilizado foi o método comparativo o que permitiu a comparação das relações existentes entre os poderes Legislativo e Executivo durante os anos de 2002 e 2003. Observou-se então, o comportamento do processo legislativo durante o período abordado. Houve maior concentração de PECs (Projeto de Emenda à Constituição) no ano de 2002 em comparação com o ano posterior. Além disso, foi possível observar que ocorreu maior participação legislativa no 1º ano estudado. No que se trata dos Projetos de Lei, observou-se que o Executivo enviou mais projetos à Assembléia do que o Legislativo em ambos os anos. Quanto aos vetos, no último ano do governo Olívio, a quantidade de vetos parciais e totais esteve equilibrada. No 1º ano de Rigotto, este utilizou mais o veto total para projetos do Legislativo, os quais foram aceitos pela Assembléia. No caso do RS, após a observação do processo legislativo, emerge como importante o perfil da coalizão de governo no parlamento, se majoritária ou não. Desta forma, julgamos adequado relativizar a tese do hiperpresidencialismo estadual.